

Fundação Albino Mendes Silva
Anexo
2020

Junho de 2021

1 — Identificação da entidade:

- 1.1** Designação da entidade: Fundação Albino Mendes Silva
- 1.2** Sede: Parque Campismo São Gião
3400-641 São Gião
- 1.3** Natureza da actividade: Outras Actividades Associativas, NE (CAE 94995) e Parque de Campismo e Caravanismo (CAE 55300).
- 1.4** Pessoa Colectiva: 503240648
- 1.5** Constituição: 25.05.1994
- 1.6** Registada DGSS: 44/96

A Fundação Albino Mendes Silva rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais.

A Fundação Albino Mendes Silva tem como fins: A implementação de acções de natureza social e cultural, designadamente de apoio à família, à integração social e comunitária das crianças, da terceira idade e de inválidos, reconhecidamente necessitados por se encontrarem em situação de falta ou diminuição de meios de subsistência e/ou de capacidade para o trabalho, incluindo o apoio a iniciativas ou obras similares de terceiros e a colectividades ou instituições, civis ou religiosas.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 - A entidade apresenta as suas demonstrações financeiras de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo (SNC-ESNL), aprovado pelo Dec. Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março. O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas: Aviso nº 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector não Lucrativo (NCRF-ESNL);

Portaria nº 218/2015 de 23/07 – Código de Contas específico para as Entidades do Sector não Lucrativo (CC-ESNL);

Portaria nº 220/2015 de 24/07 – Modelos de Demonstrações Financeiras aplicáveis às Entidades do Sector não Lucrativo.

2.2 — A entidade não apresenta rubricas materialmente diferentes de interpretação que se possa fazer em relação ao exercício anterior.

2.3 — Não se verificou qualquer ajustamento.

3 - Principais políticas contabilísticas:

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras de 2018, foram:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respectivas contas das rubricas "Devedores e credores por acréscimos" e "Diferimentos".

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou

inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos activos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

A natureza da reclassificação;

A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e

Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Activos Fixos Tangíveis

Os "Activos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os activos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos activos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada:

	Número de anos
Edifícios e outras construções	8 a 50
Equipamento básico	5 a 10
Equipamento de transporte	4 a 25
Equipamento administrativo e utensílios	4 a 10
Outros activos fixos tangíveis	10 a 25

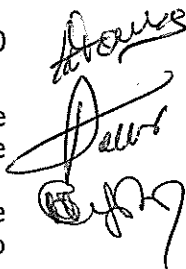
As mais ou menos valias provenientes da venda de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais".

Incluído nesta rubrica, encontram-se as:

Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes activos não se destinam à produção de bens ou aos fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da actividade corrente dos negócios.

Só após o início da utilização dos activos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica "Propriedades de investimento em desenvolvimento" até à conclusão da construção ou promoção do activo.



Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como "Variação de valor das propriedades de investimento", que tem reflexo directo na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respectivas rubricas da Demonstração dos Resultados.

3.2.2 Activos intangíveis

Os "Activos Intangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os activos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha recta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

3.2.3 Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adopta como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão directamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4 Investimentos Financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com excepção:

Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;

Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;

Direitos decorrentes de um contrato de seguro excepto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:

Alterações no risco segurado;

Alterações na taxa de câmbio;

Entrada em incumprimento de uma das partes;

Locações, excepto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:

Alterações no preço do bem locado;

Alterações na taxa de câmbio;

Entrada em incumprimento de uma das contrapartes.

Clientes e outros activos correntes

Os "Clientes" e as "Outros activos correntes" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objectiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial, que será nula quando se perspectiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Activo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Activos não Correntes.

Outros activos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transacção só podem ser incluídos na mensuração inicial do activo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus activos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objectiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Activos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outras contas a pagar" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos activos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC):

- a) "As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente."

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

"A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das actividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efectivo, a título exclusivo ou predominante, de actividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respectivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respectivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afectação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afectação, notificado ao director -geral dos impostos, acompanhado da respectiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse directo ou indirecto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das actividades económicas por elas prosseguidas."

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 do CIRC, encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria colectável nos termos do n.º 5 do art.º 87 do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2017 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 - Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	817.920,28	81.829,96	20.757,15	878.993,09
Equipamento básico	7.408,40	2.195,12	2.769,87	6.833,65
Equipamento de transporte	2.062,50	0,00	687,50	1.375,00
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	11.623,82	603,76	6.665,41	5.562,17
Outros Activos fixos tangíveis	3.623,24	0,00	1.429,95	2.193,29
Investimentos em Curso	35.623,91		35.623,91	0,00
Total	878.262,15	84.628,84	67.933,79	894.957,20

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, no período de 2020, foram os seguintes:

Descrição	2020				
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Saldo Final
Prop.Investimento	1.290.988,19				1.290.988,19
Total	1.290.988,19	0,00	0,00	0,00	1.290.988,19

6 - Activos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no período de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2020			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Goodwill	0,00			0,00
Projectos de Desenvolvimento	2.625,35		203,25	2.422,10
Programas de Computador	0,00			0,00
Propriedade Industrial	0,00			0,00
Outros Activos intangíveis	0,00			0,00
Total	2.625,35	0,00	203,25	2.422,10

7 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	4 600,51	4 451,99
Mercadorias	922,95	1 997,97
Produtos acabados e intermédios		
Produtos e trabalhos em curso		
Adiantamentos por conta de compras		
	<u>5 523,46</u>	<u>6 449,96</u>
Perdas por imparidade acumuladas		
Inventários	<u>5 523,46</u>	<u>6 449,96</u>
Inventário inicial	6 449,96	5 691,46
Compras	29 841,35	79 316,49
Regularizações		
Inventário final	<u>-5 523,46</u>	<u>-6 449,96</u>
	<u>30 767,85</u>	<u>78 557,99</u>
Perdas por imparidade		
Reversão de perdas por imparidade		
Custo das vendas	<u>30 767,85</u>	<u>78 557,99</u>

8 — Rédito:**8.1 — Uma entidade deve divulgar:**

- a) As políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adoptados para determinar a fase de acabamento de transacções que envolvam a prestação de serviços;
- b) A quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:
 - i) Venda de bens;
 - ii) Prestação de serviços;
 - iii) Juros

	<u>31/dez/20</u>	<u>31/dez/19</u>
Vendas de bens	4 265,71	30 552,20
Prestação de serviços	65 441,60	95 892,36
Juros	0,00	0,00
Royalties		
Dividendos		
	<u>69 707,31</u>	<u>126 444,56</u>

9 — Subsídios do Governo e apoios do Governo:

Foi recebida a importância de 4.446,00€, paga pelo Instituto Segurança Social no âmbito das medidas Covid-19 (Layoff Simplificado).

10 — Benefícios dos Empregados:

A entidade teve ao seu serviço durante o exercício de 2020, uma média de quatro funcionários, incorrendo nos seguintes custos:

Descrição	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00
Remunerações ao pessoal	51.859,31
Benefícios Pós-Emprego	0,00
Indemnizações	0,00
Encargos sobre as Remunerações	10.039,31
Seguros Acidentes Trabalho e Doenças Profissionais	1.349,64
Gastos de Acção Social	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	45,82
Total	63.294,08

11 — Divulgações exigidas por outros diplomas legais:

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

12 — Outras informações:

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 - Investimentos Financeiros

No período de 2020, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020
Investimentos em subsidiárias	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00
Outros Métodos	0,00
Investimentos em associadas	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00
Outros Métodos	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00
Outros Métodos	0,00
Investimentos noutras empresas	0,00
Outros investimentos financeiros	0,00
Fundos Compensação Trabalho	698,43
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00
Total	698,43

12.2 Outros Contas a Receber

A rubrica "Outros Contas a Receber" tinha, em 31 de Dezembro de 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	2.124,03
Adiantamentos ao pessoal	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00
Outras operações	0,00
Outros Devedores	2.959,58
Perdas por Imparidade	0,00
Total	5.083,61

12.3 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2020, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020
Gastos a Reconhecer	1.187,07
Total	1.187,07
Rendimentos a Reconhecer	8.766,17
Total	8.766,17

12.4 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de Dezembro de 2020, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2020
Caixa	1.196,37
Depósitos à ordem	545,76
Depósitos a prazo	0,00
Outros	
Total	1.742,13

12.5 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	2.144.507,73	0,00	0,00	2.144.507,73
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-18.123,51	0,00	13.690,27	-31.813,78
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.126.384,22	0,00	13.690,27	2.112.693,95

12.6 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020
Fornecedores c/c	13.347,30
Fornecedores títulos a pagar	0,00
Fornecedores facturas em recepção e conferência	0,00
Total	13.347,30

12.7 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020
Activo	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6.186,94
Outros Impostos e Taxas	0,00
Total	6.186,94
Passivo	
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	285,77
Segurança Social	2.873,18
Outros Impostos e Taxas	39,60
Total	3.198,55

12.8 Fornecimentos e Serviços Externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" no período findo em 31 de Dezembro de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2020
Serviços especializados	29.221,60
Materiais	1.379,82
Energia e fluidos	11.699,79
Deslocações, estadas e transportes	33,00
Serviços diversos	15.194,87
Total	57.529,08

12.9 Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020
Rendimentos Suplementares	237,04
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,34
Recuperação de dívidas a receber	0,00
Ganhos em inventários	0,00
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	114.473,59
Outros rendimentos e ganhos	1.726,30
Total	116.437,27

12.10 Outros Gastos e Perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020
Impostos	294,19
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00
Dívidas incobráveis	0,00
Perdas em inventários	0,00
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00
Outros Gastos e Perdas	256,99
Total	551,18

12.11 Resultados Financeiros

No período de 2020, reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020
Juros e Gastos Similares Suportados	
Juros suportados	427,11
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00
Total	427,11
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	
Juros obtidos	0,00
Dividendos obtidos	4,21
Outros Rendimentos similares	0,00
Total	4,21
Resultados Financeiros	-422,90

12.12 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Paulo Manuel Henriques da Silva

Carlos Manuel Dionísio da Sousa

M^{te} Fernanda Rodrigues Cruz Martins

